

VOTO-VOGAL :

O Senhor Ministro Luís Roberto Barroso:

1. Trata-se de ação de descumprimento de preceito fundamental proposta por 19 (dezenove) Governadores de Estado, dos quais 9 (nove) foram convocados a prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada pelo Senado Federal, que investiga fatos relativos ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. Os autores buscam pronunciamento judicial, com força vinculante e caráter *erga omnes*, que reconheça a impossibilidade de convocação dos chefes do Poder Executivo estadual para depor em CPIs instauradas pelas casas legislativas do Congresso Nacional. Em caráter liminar, pedem a concessão de medida cautelar que suspenda qualquer ato da CPI da Pandemia referente à convocação para depoimento de Governadores de Estado e do Distrito Federal.

2. A Ministra relatora proferiu decisão monocrática, ora submetida a referendo do Plenário, na qual deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender as convocações dos Governadores de Estado realizadas no âmbito da CPI da Pandemia, sem prejuízo da possibilidade de o órgão parlamentar convidar as autoridades para comparecerem, voluntariamente, à reunião da Comissão, a ser agendada de comum acordo.

3. A referida decisão se fundamenta, essencialmente, nos pilares da separação de poderes e do pacto federativo, cláusulas pétreas previstas na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, enuncia que o dever de testemunhar não recai sobre todos com a mesma intensidade, reconhecendo a legitimidade de prerrogativas decorrentes da função, do cargo e da posição de membros de poder. Além disso, aponta a existência de medidas menos invasivas e mais consentâneas com o dever de fidelidade ao pacto federativo, que se encontram à disposição da CPI para investigação dos fatos que lhe competem, tais como o convite dos Governadores, a convocação de Secretários de Estado, a requisição de documentos, entre outros.

4. Acompanho a relatora para reconhecer, ainda que liminarmente, a impossibilidade de convocação de Governadores de Estado por CPI

instaurada pelo Senado Federal, e o faço com base nos fundamentos até aqui expostos. Dessa forma, apresento ressalva exclusivamente quanto ao fundamento adicional constante da parte final da decisão, mais especificamente no seu item 13. Nessa seção da fundamentação, a Ministra Relatora aponta a competência exclusiva do Tribunal de Contas da União, prevista no art. 71, II, da Constituição, para julgar as contas de administradores e demais responsáveis por verbas federais. A partir de tal disposição, indica-se que os Governadores de Estado, como gestores de recursos repassados pela União, prestariam contas exclusivamente ao TCU, jamais perante o Congresso Nacional, e se entende configurado excesso de poder na opção feita pelo Senado de ampliar as investigações para atingir atribuições exclusivas do TCU.

5. Nesse ponto, entendo que a fundamentação adotada impõe limitação ao objeto da CPI da Pandemia de forma desassociada com os pedidos formulados na ação. Deixo, portanto, de aderir a esse fundamento. A competência constitucional do TCU para julgar as contas de administradores de recursos federais não impede o Congresso Nacional de fiscalizar a possível malversação de tais verbas, nos limites de sua própria competência.

6. Pelo exposto, peço vênias à relatora tão somente para apresentar a mencionada ressalva, referendando integralmente o dispositivo da decisão.

Plenário Virtual - Minuta do Voto - 2406/2015